

Sumário

Apresentação	XI
Prefácio	XIII
Introdução	1
1 A Institucionalização da Mediação no Direito Brasileiro como Instrumento de Democratização do Acesso à Justiça: Linha do Tempo e Análise da Essência do Instituto	7
1.1 A resolução de conflitos no tempo: da litigiosidade à mediação	7
1.2 A mediação como instrumento democrático de acesso à justiça.....	22
1.3 Mediação comunitária, acesso à justiça e democracia	36
1.4 A inserção da mediação no ordenamento jurídico brasileiro: desjudicialização da justiça ou judicialização da mediação?	40
2 Mediação no Poder Judiciário Brasileiro: Entre os Princípios, a Positivção e o Empirismo	55
2.1 Judicialização ou processualização da mediação: limites e (in)compatibilidades entre mediação e processo.....	55
2.2 Primeira perspectiva (análise qualitativa): desempenho empírico e inconsistências da mediação processual.....	64
2.2.1 A obrigatoriedade da mediação e a afronta à autonomia da vontade das partes.....	68
2.2.2 A autonomia da vontade das partes e os limites legais para a homologação de acordos.....	77

2.2.3 O comprometimento da confidencialidade e da imparcialidade na mediação processual	84
2.2.4 O tratamento dispensado aos mediadores judiciais e o comprometimento da independência e da qualidade das sessões e de seus resultados	94
2.3 Segunda perspectiva (análise quantitativa): mediação processual, produtividade e estatísticas do Judiciário	101
2.4 Mediação processual como “conciliação qualificada”	113
3 O Sistema Pré-Processual como Paradigma mais Adequado para a Implementação da Mediação Judicial.....	117
3.1 O sistema multiportas: uma (re)interpretação conceitual	117
3.2 A mediação pré-processual no microsistema brasileiro e a atuação dos centros judiciários de solução consensual de conflitos e cidadania	131
3.3 A modalidade pré-processual como forma mais adequada de mediação judicial	136
3.4 Adesão à mediação pré-processual: desafios e estratégias de estímulo	147
Considerações Finais.....	157
Referências	163